

**AS FORMAS DE CULTO, LUTAS POR SOBREVIVÊNCIA, TRABALHO E POSSE DE TERRA EM TORTO ARADO**

**FORMS OF WORSHIP, STRUGGLE FOR SURVIVAL, WORK, AND LAND OWNERSHIP IN *TORTOARADO***

Eduardo Figueiredo<sup>1</sup> 

**Resumo:** O presente texto é uma resenha do livro: *Torto Arado*. Este estudo se propõe a fazer uma reflexão sobre um grupo de trabalhadores descendentes de escravizados, destacando suas formas de culto, suas lutas por sobrevivência, seu trabalho e a posse da terra.

**Palavras Chave:** Itamar Vieira; Jarê; Trabalho; Terra.

**Abstract:** This text is a book review of *TortoArado*. This study proposes to reflect on a group of workers descendants from enslaved people, highlighting their forms of worship, struggle for survival, work and land ownership.

**Keywords:** Itamar Vieira; Jarê; Labor; Land.

## **INTRODUÇÃO**

Itamar Vieira Junior nasceu em Salvador, em 1979, Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia (2013). Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado - 2005) e mestrado em Geografia (2007).

Além disso, trabalha como Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Atuou entre os anos de 2006 e 2009 no estado do Maranhão e atualmente no estado da Bahia, onde desenvolve atividades no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Tem experiência na área de Ciências Humanas com ênfase em Geografia e Antropologia, atuando principalmente com os seguintes temas: cidade, campo, território, comunidades étnicas, regularização fundiário e Estado.

## **FIO DE CORTE**

Este estudo se propõe a fazer uma reflexão sobre um grupo de trabalhadores descendentes de escravizados, destacando suas formas de culto, suas lutas por

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-graduação Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas Unicamp. E-mail: eduardo.figueiredo83@yahoo.com.br

sobrevivência, trabalho e posse da terra. O romance “Torto Arado” narra a história do cotidiano no terreiro da casa antiga de duas irmãs, Bibiana e Belonísia, e da sua curiosidade sobre o que sua avó Donana guardava em uma mala de couro.

Nesse contexto, temos no decorrer da história em que Donana demonstra uma religiosidade através do toque de um pífano que representa a acolhida aos santos, ao passo que o som dos atabaques corporifica os encantados, e no transcorrer dos acontecimentos temos as duas protagonistas se ferindo com a faca que estava na mala de couro, desenrolando um grave corte nas línguas das respectivas irmãs.

Foi assim que me tornei parte de Belonisia, da mesma forma que ela se tornou parte de mim. Foi assim que crescemos, aprendemos a roçar, observamos as rezas de nossos pais, cuidamos dos nossos irmãos mais novos. Foi assim que vimos os anos passarem e nos sentimos quase siamesas ao dividir o mesmo órgão para produzir os sons que manifestam o que precisávamos ser (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.24).

A cidade de águas negras não tinha suporte adequado para o atendimento médico que obrigou a família de Bibiana e Belonísia a solicitar ajuda aos seus patrões na condução oferecida para deslocar pessoas, produtos e serviços da fazenda. O nascimento das crianças era muito precário, assim como a mortalidade infantil era elevada na Fazenda Água Negra.

O livro retoma a história da terra da Fazenda Caxangá que acumulava produção de frutas e estava dividida devido ao interesse de posse de alguns homens, em contraposição aos moradores antigos, expulsos de suas terras, e os trabalhadores que dispensavam pouco tempo na fazenda. Conforme as decisões dos proprietários a expansão e concentração da propriedade rural na costa sul do estado, a utilizava a coerção e a violência,. Ao longo da década de 1930, a exploração diamantífera deixava profundas cicatrizes na região da Chapada Diamantina.

Assim, como relata o livro *Torto Arado* sobre a religião predominante na Fazenda Água Negra, o Jarê, o candomblé de caboclos típicos da Chapada Diamantina. Trazido à região por africanos nagôs, a religião mistura Kardecismo com influências africanas e indígenas. O Jarê foi liderado pelas nagôs, etnia à qual pertenciam senhoras africanas escravizadas e alforriadas trazidas para a região. Os templos de jarê encarnam justamente a teia de solidariedade que dá base à religião.

Na cosmologia do jarê, a cura é um estado de constante negociação com o meio ambiente. Desse modo, os integrantes de um povo em territórios sociais que difundiu seu *ethos* pela oralidade, as cantigas decoloniais representam centenas de mulheres e homens

cujos saberes foram marginalizados. O jarê consegue restituir humanidades ceifadas pelo colonialismo moderno.

Do mesmo modo consolida essa característica no afeto, na singeleza do culto – muitas vezes feito em salas não tão grandes que conseguem comportar todos os presentes –, nas demonstrações de respeito, comunhão e devoção. Dessa forma, Com seus mitos e seus rituais, o Jarê terá sedimentado, ao longos anos, um sentimento comunitário profundo que talvez facilite a luta coletiva pelo bem-estar comum (Federici, 2022).

Como cita Little (2015) que os territórios sociais têm como elemento fundamental os vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diferentes grupos sociais, mantém em seus respectivos ambientes biofísicos. Desse modo, o território passa a ter um valor que ultrapassa as relações mercantis, equivalendo a representações da ancestralidade, os sentimentos e um significado, compartilhando uma relação com um espaço físico determinado.

Visto que o passado minerador do povo que chegou á região, em busca pelo diamante, o trabalho incessante para encontrar fortunas e sujeitando as piores condições de trabalho, assim esquecendo suas raízes e histórias. Era permitido que se hospedassem na fazenda, dada conforme a produtividade e a disposição para o trabalho da nova família. Neste trecho percebe-se a indignação sobre o silenciamento e abusos cometidos, e a percepção que não há espaço para reivindicações de direitos:

Mas as batatas do nosso quintal não são deles, alguém dizia, “eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas pra chá levam. E se as batatas escolhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores” disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana”[...] Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 45).

Os donos da terra não residiam em águas negras, apenas queriam a produção, já os fazendeiros e sitiantes exerciam os seus papéis de dominadores e descendentes de colonizadores que praticavam seu poder e domínio sobre os subalternos. A narrativa fala dos encantados que permeia a história, com os seus rituais, expressões culturais e a própria integração do corpo com a crença do jarê no espaço de permanência histórica com a terra. A presença de uma encantada sobrenatural, possibilita uma estratégia narrativa que o leitor consegue reconhecer, um recurso sobre-humano feminino que mostra a existência de uma

realidade marcada pela luta e pelo racismo estrutural.

Sou uma velha encantada, muito antiga, que acompanhou esse povo desde sua chegada das Minas, do Recôncavo, da África. Talvez tenham esquecido Santa Rita Pescadeira, mas a minha memória não permite esquecer o que sofri com muita gente, fugindo de disputas de terra, da violência de homens armados, da seca. Atravessei o tempo como se caminhasse sobre as águas de um rio bravo. A luta era desigual e o preço foi carregar a derrota dos sonhos, muitas vezes (VIEIRA JUNIOR, 2019, p).

O capítulo seguinte relata os preparos ritualísticos do jarê, na qual Zeca Chapéu Grande encarna os encantados. A narração percorre sobre a participação da população de águas negras para conseguir instalar uma escola para os habitantes da fazenda. Com a estiagem os moradores de água negra passaram muitas necessidades para custear sua alimentação, havia uma parte das terras, que era destinada ao cultivo de palmas. Devido a esses acontecimentos de escassez e de falta de alimentação adequada, muitas crianças adoeciam.

Por conseguinte os trabalhadores da fazenda de águas negras, escravos e seus descendentes, que cultivavam a terra do patrão não tinham direito a propriedade e trabalhavam em regime de servidão. A história de escravidão no Brasil e como se constituiu a propriedade privada no país. Em 1850, ocorre a primeira tentativa do Estado de regulamentar esse tema, a Lei das Terras. Com a lei, os territórios do Estado só poderiam ser adquiridos por compra e venda ou por doação da Coroa, ficando proibida a posse por usucapião – quando a propriedade é concedida devido ao tempo de ocupação. Portanto, uma grande exclusão da grande parte da população que não poderia comprar as terras.

## **TORTO ARADO**

No que tange as casas eram construídas de barro para que não justificassem propriedade para os trabalhadores da fazenda água negra, diferentemente das casas de alvenaria, como exemplo a construção da escola da fazenda. O livro relata os conhecimentos tradicionais, transmitidos de pais para filhos, sobre o clima, cultivo, remédios, etc.

O trabalho das mulheres, seus conhecimentos sobre determinados cultivos, criações e práticas de manejo, bem como de técnicas de processamento doméstico da produção são essenciais para a economia local. Consoante com o que Candido (2017) descreve que a

alimentação assevera a natureza da continuidade, um vínculo de solidariedade. Muitas vezes estão disponíveis nas unidades familiares ou são obtidos por meio de arranjos comunitários de cooperação, que costumam ser estabelecidos por iniciativa das mulheres.

Na fazenda águas negras havia um acordo de respeito às filhas de Zeca Chapéu Grande pela sua posição na hierarquia no sistema de crença Jarê, além da sua conduta em direcionar outros moradores a cumprir as tarefas estabelecidas e mediar os conflitos pela terra e por animais. O conto relata como as meninas em transição da infância para a maturidade sofriam com os assédios, e muitas sendo obrigadas a se sujeitar a casamentos e relacionamentos mesmo tendo os seus corpos em formação.

A história conta sobre a violência de gênero que muitas mulheres da fazenda sofriam em suas relações conjugais. Belonísia relata o trabalho no campo, através do instrumento do arado sendo carregado pelo boi, semeando e cultivando a terra, instrumento que, ao abrir a terra de modo inadequado, também aesteriliza.

Assim como, sua irmã Bibiana através do seu trabalho na escola e auxiliando Severo para conscientizar a população de águas negras sobre a subjugação que estão vivendo naquela propriedade. Desse modo, a exploração e a pobreza tinham um sentido de dominação, sem que aqueles trabalhadores tivessem a garantia das condições mínimas de sobrevivência. Bibiana resiste ainda pela causa dos quilombolas, em um discurso reconhece a importância de permanecer na luta por melhores condições:

Severo morreu porque pelejava pela terra do seu povo. Lutava pelo livramento da gente que passou a vida cativa. Queria apenas que reconhecessem o direito das famílias que estavam havia muito tempo naquele lugar, onde seus filhos e netos tinham nascido. Onde enterraram seus umbigos, no largo de terra dos quintais das casas. Onde construímos casas e cercas (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 207).

Nesta parte, trata-se da indignação da violência e extermínio da população negra:

Nós moramos na periferia da cidade , e lá os policiais usavam a mesma desculpa de drogas para entrar nas casas, matando o povo preto. Não precisa nem ser julgado nos tribunais, a polícia tem licença para matar e dizer que foi troca de tiro. Nós sabíamos que não era troca de tiros. Que era extermínio (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.193).

O livro torto arado retrata a violência de gênero que muitas mulheres sofriam nas fazendas, além da precariedade das condições alimentares, de saúde e moradia. A violência

contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico á mulher. Essa violência pode ser visível e explícita, como a agressão física, a morte, o estupro e a ameaça, infelizmente ainda não são possíveis comemorar a diminuição e muito menos a erradicação dessas formas de violência no Brasil.

Outro ponto é como o processo de migração sazonal que muitos trabalhadores, deslocavam-se de fazenda em busca de melhores condições de sobrevivência. A consciência do estigma da servidão imposta às famílias que residem em águas negras.

Mesmo após a abolição da escravidão, os trabalhadores negros continuavam sobre o subjugo dos donos das terras. As terras foram divididas no processo de sismarias, onde os colonos tinham vantagens em adquirir terras, obrigando os despejos da população indígena de suas terras ancestrais, como a vinda de escravos ao Brasil no processo de mineração de diamantes, a extrema violência da saída da sua terra natal, as condições degradantes encontradas nas colônias, restituídos de qualquer proteção, possibilidades de obter uma terra e o seu próprio sustento.

Em particular a luta pela garantia de direitos fundamentais, principalmente pela previdência social, no caso do trabalhador rural, o imposto da terra. O dinheiro não era usado para a melhoria das casas, que continuavam a ser de barro, não poderia construir casa de alvenaria. Neste aspecto, o livro relata as lutas pelo reconhecimento do território, onde está em jogo a reivindicação perante o Estado por uma demarcação coletiva do espaço de vivência e de trabalho (Guedes, 2016).

Destarte, como refere Arruti (1998) como forma de buscar o direito a acesso á terra na memória de uma ancestralidade e na malha dos seus parentescos, portanto a memória torna-se tão importante quanto os documentos descritos, no confronto dos poderes públicos, que apenas beneficiavam as certidões.

Além, do trabalho na fazenda, os trabalhadores se identificavam com a terra, Woortmann (1990) afirma que nas sociedades camponesas a relação com os sujeitos com a terra é recíproca, onde o trabalho fecunda a terra, torna-se uma morada da vida, assim como os seus ancestrais construíram suas identidades, seus modos de convivência, suas crenças naquele local. Assim sendo, poderia construir apenas tapera de barro, que desfizesse com o tempo para que os descendentes não reclamassem da posse. A formação de uma associação de moradores para assegurar os direitos dos trabalhadores rurais em Águas Negras.

## **RIO DE SANGUE**

As práticas de manutenção do trabalho forçado são justificadas pelo desemprego elevado, pela falta de punição para quem escraviza e pelas péssimas condições de trabalho das equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho, com pouco pessoal, falta de verba, ausência de apoio policial, atuando sob forte pressão política e ameaças de morte, realizadas por grandes pecuaristas. Os fazendeiros, contra todas as leis trabalhistas e contra os direitos humanos. A corrida pelo diamante na Chapada Diamantina atraiu muitos forasteiros pelas promessas de enriquecimento rápido, proporcionando violência, fome e endividamentos.

De forma que era divulgado para esses trabalhadores que poderiam permanecer nessas terras, mas teriam que pagar pelo que cultivavam e comiam fora que tinham que dar meia, que era a metade da produção aos proprietários da área de produção.

Assim passando imensas dificuldades de subsistência, trabalhando nas roças dos donos, e no tempo que resta cuidando do que semeavam, além do que não podem construir casa de tijolo, e caso queiram sair da fazenda, eram alertados da dificuldade de viver em outros locais.

O capítulo do livro relata todo o sofrimento dos povos que vieram para o Brasil, o subjugo, a exploração, a extrema violência e a luta por seus direitos negados e vilipendiados. O Brasil Colônia, o rei de Portugal, doava sesmarias - grandes extensões de terra - a pessoas de sua inteira confiança, que viraram os grandes proprietários da terra. Para extrair a riqueza da terra, escravizavam os povos indígenas que aqui viviam e, posteriormente, os povos africanos trazidos pela empresa do tráfico negreiro. Os gigantescos latifundiários implantados pelas sesmarias seriam ocupados, somente pela monocultura, impedindo a formação de pequenas propriedades (MARÈS, 2003, p.447).

A lei de Terras visava não só consolidar a posse da terra nas mãos de uma elite, como também preparar um novo tipo de mão de obra para a lavoura, pois se sabia que o escravismo teria de acabar. Essa lei concentrou ainda mais o latifúndio, pois a terras públicas - aquelas que não estavam ocupadas pela monocultura da cana-de-açúcar, do algodão, do café, etc.

Razão pela qual a lei de Terras impediu que os ex-escravos tivessem uma alternativa de trabalho com base na pequena propriedade da terra. Na história do Brasil, portanto, a garantia da propriedade da terra para uns poucos chefes locais (a "oligarquia dos coronéis") e,

depois, os modernos interesses capitalistas sempre prevaleceram sobre as necessidades de sobrevivência física da grande maioria da população ( Corrêa, 2019).

Para assegurar a posse ou direito das terras, os moradores pretos diziam serem índios, pois já existia uma regulamentação da demarcação das terras indígenas. Com o passar do tempo, as tradições mais antigas do povoado, como o jarê, foi sendo substituído pela crença evangélica. No decorrer da história, é apresentado que a igreja quando chegou a Lagoa Funda apresentou-se como dona daquelas terras e que os moradores eram escravos do Bom Jesus, sendo que os residentes nasciam livres e sem dono naquele local, possivelmente um povo que fugiu de alguma fazenda ou ganhou liberdade de algum fazendeiro.

Os fazendeiros trazendo documentos (muitas vezes de grilagem) e oprimindo e cercando os moradores, até restringi-los a um espaço pequeno de terra. Os habitantes de Água Negra tinham outra relação com a terra, diferentemente dos fazendeiros e políticos, a terra segurava uma continuidade dos seus afetos, crenças e uma ligação transcendental de história e vida.

Quanto à manutenção da condição de pobreza entre os camponeses brasileiros, como as migrações contínuas no campo e o aumento da violência. A ausência de políticas públicas adequadas contribui para o agravamento da questão social brasileira, onde a situação do uso e da distribuição da terra é um dos elementos mais importantes, que precisa constar em todos os debates sobre o presente e o futuro do nosso país.

No campo é bom destacar o processo de organização dos trabalhadores do campo na luta contra um modelo altamente concentrador e excludente, mesmo sob a perspectiva capitalista. O modelo citado de concentração fundiária somente começou a ser questionado na segunda metade do século XX, após o processo de industrialização que determinou o deslocamento dos trabalhadores e a crescente concentração urbana da população brasileira.

O grande problema é que somente por uma violência brutal seria possível manter uma realidade marcada por tanta desigualdade no campo, que pretendia a perpetuação da herança colonial do modelo com base no latifúndio, controlado pelos ricos proprietários que formavam as "oligarquias rurais". Como cita Fanon (1968) a violência em estado bruto, só pode inclinar-se para uma violência maior.

Apenas demonstra o caráter cíclico da história na expansão inconsequente do território, na formação do latifúndio, a legalização da grilagem de terras, o cartorialismo dos

meios de produção, ao invés de uma lógica de ocupação racional e com respeito às comunidades primitivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o apresentado ao longo da discussão, este estudo tem como intenção fazer uma breve reflexão sobre os trabalhadores descendentes de escravizados, destacando suas formas de culto, sobrevivência, trabalho e posse de terra no livro *Torto Arado nas vozes de Belonísia, Bibiana e Zeca Chapéu Grande*.

Além disso, o texto demonstra que a população de água negra compreendia estar sobre subjugação dos proprietários das terras, entretanto, não tinham condições de lutar contra o silenciamento e a opressão do campo. Embora, através da mobilização de alguns personagens que buscavam conscientizar a população sobre o direito a terra, temos uma nova percepção de luta que se passa pela convivência entre as personagens, em que a terra passa a ter um valor que ultrapassa as questões de documentação e mercadológica.

Por fim, foi apresentado a linhagem de mulheres do romance e seus enredos que explicita a relação conflituosa, exploratória e de resistência com a terra. Suas trajetórias representam suas lutas, sua significação e perspectivas diante do silenciamento e violência gerada no campo, construindo relações com a sua ancestralidade e uma nova relação com a terra, que não pode ser mais apagada e subjugada.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, R.C. **Festa à brasileira – significados do festejar no país que ‘não é sério’**.1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

ARRUTI, José Maurício. 2007. Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras – estudo de caso na comunidade do Cangume (Vale do Ribeira/ SP). In: Renata Leite; Paulo Melo. (Org.). **Prêmio Territórios Quilombolas** 2a. edição. Brasília: MDA / NEAD, p. 230-269.

[https://www.academia.edu/39636038/Use\\_comum\\_regulariza%C3%A7%C3%A3o\\_fundi%C3%A1ria\\_e\\_mercado\\_de\\_terras\\_Estudo\\_de\\_caso\\_na\\_comunidade\\_do\\_Cangume\\_Vale\\_do\\_Ribeira\\_SP](https://www.academia.edu/39636038/Use_comum_regulariza%C3%A7%C3%A3o_fundi%C3%A1ria_e_mercado_de_terras_Estudo_de_caso_na_comunidade_do_Cangume_Vale_do_Ribeira_SP)

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. 12ª.ed.edusp.Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis; HESS, Bernard Herman; ROSA, Daniele dos Santos.

**CADERNO DE LITERATURA.** Um percurso de formação em literatura na Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FANON, F. **Os condenados da Terra.** Tradução José Laurênio de Mello, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEDERICI, SILVIA. **Reencantando o mundo – feminismo e a política dos comuns.** São Paulo: Elefante, 2022

Guedes, André. “Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos” In Acselrad, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

LITTLE, P. E. 2018. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n.1, p. 251–290. 2018. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 10 jan. 2018

MARÉS, C. F. **A função social da terra.** Porto Alegre: Safe, 2003.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto Arado.** São Paulo: Todavia, 2019.

WOORTMANN, K. “ ‘Com parente não se negueia’: o campesinato como ordem moral”. **Anuário Antropológico**, v. 87, p. 11-73. 1990.